



# Assembleia Nacional

## A integração dos sistemas de Saúde e Previdência chegou com vários anos de atraso

— afirmou o deputado MILLER GUERRA

Com setenta e três deputados presentes, realizou-se ontem em S. Bento, mais uma reunião plenária da Assembleia Nacional.

Na Ordem do Dia, a discus-

são na generalidade da proposta de lei sobre o Registro Nacional de Identificação.

Antes da Ordem do Dia, o deputado prof. Miller Guerra, prestando homenagem ao dr.

Melo e Castro, recentemente falecido, teve uma intervenção polêmica que constituiu o momento mais animado, até agora, dos

(CONTINUA NA PÁGINA 5)

# ASSEMBLEIA NACIONAL

» (Cont da 1.ª página)

trabalhos parlamentares desta terceira sessão da X Legislatura, pelo diálogo apaixonado que propiciou. Aquele conhecido professor universitário evocou a vida de Melo e Castro em dois aspectos: um, respeito à Saúde e Assistência Social, e o outro ao seu papel de dirigente da União Nacional. Recordando os anos em que o antigo presidente da Comissão Executiva da U.N. foi subsecretário de Estado da Assistência, afirmou o orador: «Com a convicção e a tenacidade que punha em tudo quanto lhe parecia útil e justo, (o dr. Melo e Castro) defendeu a coordenação da Saúde com a Previdência, como os factos impunham e a lógica pedia. Durante os quatro anos de governo não se cansou de tentar persuadir quem tinha o poder de decisão e de comando, das vantagens de tal medida. Conquistou adeptos, médicos, numerosos administradores, professores universitários, alguns homens públicos, mas os detentores do poder, resistiram pertinazmente, como é de esperar, venceram».

O prof. Miller Guerra referiu depois passos da actividade parlamentar do dr. Melo e Castro, no mesmo sentido de ser criado um departamento único responsável por toda a política e toda a administração de Saúde, pois, nas suas palavras de então, «nem temos Medicina livre, nem temos Medicina organizada, nem articulação coerente de uma e outra; temos mal-estar dos médicos a generalizar-se e temos também mal-estar contra os médicos». Quem havia de dizer — perguntou logo de seguida o prof. Miller Guerra, «que este juízo sombrio, com poucas modificações, se applicava perfeitamente à situação de 1972?».

Citando, de seguida, a integração dos dois ministérios, verificada em 1970, afirmou o orador que a solução, além de tardia, «é imperfeita e foi adaptada fora de tempo». O que há doze anos — disse era uma medida justa e relativamente fácil de executar, encontra agora obstáculos enormes. A Previdência desenvolveu-se e fortificou-se, isto é, tornou-se um organismo extenso, poderoso, e talvez inexorável. Os hospitais não progrediram: pelo contrário, os centrais têm decaído».

O prof. Miller Guerra recordou também a vida política do falecido deputado, nomeadamente a importância da sua influência para a criação da «Primavera política» de 1969.

Recordou-o como admirador favoroso do prof. Salazar, nos primeiros períodos de governação, «e o admirador desalentado na última dezena de anos».

«A inércia dos negócios públicos, designadamente no campo da Educação e da Saúde, a falta de impulso e de crença funda no regime, o rigor despropositado da Censura e do aparelho repressivo, minaram a confiança do dr. Melo e Castro nas virtualidades de um governo autoritário, pouco capaz de resolver os problemas nacionais. A comparação com os povos que progredem, manteve as li-

berdades públicas, abalavam-lhe a cada passo as antigas certezas».

## «Liberalização ilusória»

Depois de falar da campanha eleitoral de 1969 e do entusiasmo que o dr. Melo e Castro soube orientar no sentido da Liberalização, o prof. Miller Guerra comentou:

«Porém, os factos foram demonstrando que a decantada liberalização era ilusória, que gradualmente as tendências anti-evolutivas renasciam, laqueando a corrente liberalizadora: A censura à palavra oral e escrita e à imagem; o antigo e insuportável autoritarismo; a fascinação do passado, sepultaram as inquietações criadoras suscitadas pela mudança de Governo». Valeu a pena tanta canseira para chegar a este resultado? — perguntou, quase a concluir, o orador.

«O dr. Melo e Castro dizia que sim, por que se manifestaram tendências que jaziam abafadas, por que se libertaram energias adormecidas, por que se abriu o caminho à iniciativa política, por que se clarificaram algumas posições. Por que, acrescentamos nós, se demonstrou a incapacidade do regime de se reformar politicamente».

Este discurso do prof. Miller Guerra dividiu a Câmara, como seria de esperar, causando um clima de «incomodidade». Houve muitos «não apoiados» e o diálogo que noutro local transcrevemos. O dr. Sá Carneiro viria a ser o primeiro parlamentar que avançou para cumprimentar o orador, e poucos mais o fizeram. Quase todos nortenhos.

## Ainda as auto-estradas

A adjudicação definitiva da rede nacional de auto-estradas voltou a dar lugar ao agradecimento de dois deputados: Luzia Beija, de Setúbal, que salientou a importância que o prolongamento da via rápida do sul assume para o desenvolvimento do seu distrito, só lamentando o longo prazo concedido para a sua realização — 1979 — pois, disse, a actual estrada do Fogueiteiro a Setúbal não tem capacidade para mais trânsito e tornar-se-á insuportável à medida que os novos empreendimentos de progresso se vão concretizando.

Por sua vez, o deputado Pinto Castelo Branco voltou a referir o valor potencial que a Auto-Estrada do Norte tem para o desenvolvimento das regiões do interior, agradecendo, pois, o facto de o Governo ter acabado por preferir o traçado definitivo àquele que chegou a ser defendido, mais junto da costa.

Outro agradecimento foi feito pelo deputado madeirense Eleutério de Aguiar, este relacionado com a recente visita do Chefe do Estado à Ilha da Madeira, onde inaugurou importantes complexos turísticos. O deputado aproveitou para recordar a necessidade de ser concluído o novo hospital do Funchal, de ser incentivada a construção de bairros de casas económicas, e de ser feito finalmente o mercado abastecedor, no sentido de equilibrar as relações de produção e salvar a cada vez mais débil agricultura do arquipélago.

## Ordem do Dia MAIOR JUSTIÇA PARA TODOS

Dois deputados — Alarcão e Silva e Correia da Cunha, os recordistas de assiduidade desde que começou esta 3.ª sessão — intervieram na discussão na generalidade da proposta de lei sobre o Registo Nacional de Identificação. Ambos aplaudiram com certo entusiasmo a proposta, salientando a importância geral que o novo serviço poderá adquirir para uma apreciação moderna e mais eficaz da realidade humana e social do País. Para lá da possibilidade de informação directa e imediata sobre a população residente, nascimentos e óbitos, movimentos migratórios, etc.. O deputado Alarcão e Silva exemplificou outro tipo de objectivos, como a possibilidade de conhecimento antecipado da necessidade do número de salas de aula, de lugares e de professores; número de empregos necessários para cada nível final de escolaridade admitida; estudo e previsão das migrações alternantes da população; novos contratos matrimoniais em estatística antecipada; e equipamentos sociais.

Por seu turno o eng. Correia da Cunha referiu visitas que fez a serviços idênticos na Suécia e na França, citando também as dificuldades criadas à elaboração do IV Plano de Fo-

mento pela falta de estatísticas e previsões rápidas e objectivas que só um serviço de identificação funcional e eficaz podem proporcionar.

«Esta programação das várias políticas que interessam ao sector público e se interpenetram tão profundamente, só poderá ser feita se soubermos, em cada momento, quantos somos, onde estamos, o que fazemos e, se possível, o que queremos ser».

E a concluir: «Riu-me dos teóricos que receiam despersonalizar o indivíduo, quando nunca se interessaram em ver em cada um dos seus irmãos autênticas pessoas de direito riu-me quando me falaram no receio de devassa da vida privada quando tantos de nós realizamos essa vida em barracas e alojamentos onde campeia a promiscuidade».

«Perante o cérebro electrónico do computador, cego como a utilidade do ministério que alberga, vamos passar a ser todos iguais como somos na realidade, ao nascer e ao morrer e nas necessidades vitais que caracterizam todo o ser humano».

«E sob o signo da Justiça, meus senhores, que vamos passar a pagar os nossos impostos; a prestar contas de todos os actos importantes da nossa vida

# DIÁLOGO EM S. BENTO SOBRE CONCEITOS DE LIBERDADE

O deputado Casal Ribeiro interrompeu, em certo ponto, o discurso do seu colega prof. Miller Guerra, dando lugar ao vivo diálogo que a seguir reproduzimos, cientes da fidelidade dos serviços de estenografia da Assembleia Nacional.

**CASAL RIBEIRO** — V. Ex.ª dá-me licença?  
**O ORADOR** — Faça favor.

**CASAL RIBEIRO** — Eu realmente não fazia tenção de intervir, porque V. Ex.ª está a prestar homenagem a um colega nosso que faleceu, e que toda a gente, todos os colegas nossos, seja qual for a sua forma de pensamento, lamentam, porque era uma pessoa que realmente serviu o País, em várias circunstâncias, e, consequentemente, digno de todo o respeito e de toda a consideração e até saudade; mesmo até por parte daqueles que não tinham, como no caso de V. Ex.ª, laços de amizade.

Mas parece-me, apesar de não querer prolongar demasiadamente a minha intervenção, que V. Ex.ª está a aproveitar uma circunstância de luto para a Assembleia Nacional, para fazer uma série de afirmações que realmente mereceriam uma resposta diferente daquela que eu estou dando.

**VOZES** — Apoiado. Muito bem.

**CASAL RIBEIRO** — Portanto, faço tenção de responder a V. Ex.ª o mais breve possível, queria em todo o caso, dizer isto: V. Ex.ª falou no falso conceito de Liberdade. E eu pergunto o seguinte: V. Ex.ª quer mais liberdade do que aquela que nós vivemos neste momento, quando se permite, por exemplo, a saída de um livro ignóbil, chamado «Dinossauro Excelente»?

V. Ex.ª quer mais liberdade do que aquela que se passa por exemplo em Moçambique, quando se publica um livro de um advogado muito conhecido naquela província em guerra, em que se fazem afirmações ofensivas à dignidade do sr. Presidente do Conselho e do sr. Presidente da República?

O livro parece que está apreendido, mas não está apreendido o autor. V. Ex.ª quer mais liberdade ainda, sr. deputado?

**VOZES** — Muito bem.

**O ORADOR** — Sr. Casal Ribeiro: tenho pena de o momento ser o de prestar homenagem a um deputado meu amigo...

**CASAL RIBEIRO** — Pois eu também.

**O ORADOR** — Pois eu desejava responder a V. Ex.ª... digo apenas duas palavras: em primeiro lugar, V. Ex.ª insinuou que eu estava aproveitando uma circunstância solene...

**CASAL RIBEIRO** — Desculpe, sr. deputado, não insinuei, afirmei.

**O ORADOR** — Afirmou?

**CASAL RIBEIRO** — Afirmo. Afirmo.

**O ORADOR** — Afirmo. Afirmo. Pois afirmou que eu estava servindo-me da cir-

constância de estar prestando a homenagem a um amigo e a um deputado que foi um servidor da Nação, como V. Ex.ª disse, para dizer: não sei o quê... enfim... que V. Ex.ª entende não estar certo.

**CASAL RIBEIRO** — V. Ex.ª não sabe o que estava a dizer mas eu sei, sr. deputado.

**O ORADOR** — Não é isso, sr. deputado. Sei o que digo.

**DUARTE DO AMARAL** — Não é só o sr. deputado Casal Ribeiro que entende que não está certo, há mais pessoas aqui na Câmara...

**O ORADOR** — Dá-me licença? Se vamos nesse tom, então respondo.

**CASAL RIBEIRO** — É uma ameaça, sr. deputado? É uma ameaça?

**O ORADOR** — É. É.

**CASAL RIBEIRO** — O sr. não me ameace, que eu não tenho medo. Nunca tive medo nenhum de ameaças.

**O ORADOR** — Ora então vamos lá, sr. Casal Ribeiro. O sr. falou em liberdade, não foi?

**CASAL RIBEIRO** — Pois foi.

**O ORADOR** — E lamentou que um livro chamado «Dinossauro» tenha circulado, não é verdade?

**CASAL RIBEIRO** — É. É.

**O ORADOR** — Eu, por mim, tomara que houvesse muitos «Dinossauros» e muitos livros, que circulassem livremente, que o espírito português não estivesse amordaçado como tem sido há tanto tempo com uma Censura que tem, inclusivamente, apreendido livros de deputados.

**CASAL RIBEIRO** — Mesmo quando se insulta a memória duma pessoa que serviu a Nação? V. Ex.ª acha bem?

**O ORADOR** — Sim, senhor. Em segundo lugar, V. Ex.ª diz que há muita liberdade.

**CUNHA ARAÚJO** — É uma forma de fazer sucesso, isso de falar em liberdade.

**CASAL RIBEIRO** — Eu não disse que havia muita liberdade.

**O ORADOR** — Não? Bom. Então há pouca.

**CASAL RIBEIRO** — Disse que havia a suficiente para estas publicações.

**O ORADOR** — Então, se há pouca, estamos de acordo.

**CASAL RIBEIRO** — Não me parece que haja assim tão pouca, mas não haverá possivelmente, tanta quando V. Ex.ª queria.

**O ORADOR** — É verdade. E também não há tão pouca como V. Ex.ª desejava.

**CASAL RIBEIRO** — V. Ex.ª ainda se há-de arrepender, tanto como eu das liberdades que por aí andam.

**O ORADOR** — Bem, sr. deputado Casal Ribeiro, noutra ocasião, quando V. Ex.ª falar, teremos ensejo de prolongar este diálogo tão agradável.